



MACAPÁ-AP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ - AMAPÁ

**GUARDA CIVIL MUNICIPAL
GCM (3ª CLASSE)**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico - Matemático
- ▶ Informática
- ▶ História do Amapá
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL Nº001/2025
SECG/PMM**



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

40
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



MACAPÁ - AP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ - AMAPÁ

Guarda Civil Municipal- GCM
(3ª Classe)

EDITAL Nº001/2025 - SECG/PMM

CÓD: SL-106NV-25
7908433287155

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos (literários e não literários)	9
2. Tipos e gêneros textuais	10
3. Ortografia oficial vigente	12
4. Acentuação gráfica.....	13
5. Classes de palavras (substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbio, conjunções, preposições, artigo, numeral, interjeição).....	15
6. Análise Sintática (sujeito, predicado, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, predicativo, adjunto adnominal, adjunto adverbial, apostro, vocativo).....	24
7. Concordância verbal e nominal	27
8. Regência verbal e nominal	28
9. Crase	31
10. Colocação pronominal	32
11. Formação de palavras e processos de derivação/composição	33
12. Pontuação	34
13. Figuras de linguagem (metáfora, metonímia, antítese, eufemismo, hipérbole, ironia, anáfora.....	36
14. Variação linguística (regional, social, histórica e situacional)	39
15. Pragmática Linguística	40
16. Literatura brasileira (do Romantismo aos dias atuais).....	43

Raciocínio Lógico - Matemático

1. Problemas envolvendo conjuntos.....	55
2. Razão, proporção	68
3. Regra de três simples e composta	70
4. Problemas envolvendo porcentagem	71
5. Juros compostos	72
6. Problemas envolvendo equações do 1º grau e sistemas de equações do 1º grau	74
7. Tratamento da Informação: Leitura e Interpretação de dados em tabelas estatísticas e gráficos.....	76
8. Medida de tendência central (média, moda e mediana).....	78
9. Princípios de contagem e Probabilidade.....	79
10. Progressão Aritmética, Progressão geométrica	83
11. Unidades de medida: comprimento, massa, área, capacidade, volume e tempo	85
12. Problemas envolvendo área, perímetro de figuras planas e teorema de Pitágoras	91

Informática

1. Conceitos básicos de sistemas operacionais e de informática.....	107
2. Noções de ambiente Windows e distribuições Linux; conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e pastas, permissão de arquivos, backup, impressão	110
3. Conceitos e funções de aplicativos de editores de texto, planilhas eletrônicas, apresentações, banco de dados, ferramentas Microsoft Office (versões a partir de 2019), pacote Microsoft 365: word e Excel, e LibreOffice	126
4. Internet: conceitos básicos e utilização de ferramentas de navegação: correio eletrônico, navegadores de internet, armazenamento em nuvem, busca e pesquisa, grupos de discussão, rede social, plataformas de comunicação e colaboração (WhatsApp, Zoom, Google Meet, Microsoft Teams)	175
5. Correio eletrônico: Outlook, Thunderbird: funções básicas, uso seguro	180
6. Noções básicas de redes de computadores	188
7. Aplicativos de segurança (antivírus, firewall).....	195

História do Amapá

1. Povos originários no Amapá: passado, presente e perspectivas de futuro.....	201
2. O Amapá no contexto das Grandes Navegações: os pilares da ocupação colonizadora da Amazônia	205
3. Políticas coloniais lusitanas para o Amapá.....	209
4. Economias coloniais no Amapá: drogas do sertão, contrabando, escravidão, comércio fluvial e mineração	212
5. A presença africana no Amapá	216
6. A Cabanagem no Amapá.....	220
7. Políticas do Estado Brasileiro para o Amapá dos séculos XIX e XX.....	223
8. À questão fronteiriça com a França	227
9. A criação do Território Federal do Amapá: perspectivas e desafios	232
10. À mineração contemporânea e os novos fluxos populacionais	232
11. A Constituição de 1988 e o Estado do Amapá	236
12. Patrimônio histórico, artístico e cultural amapaense	241
13. Manifestações culturais populares, religiosas sincréticas no Amapá	244

Conhecimentos Específicos

Guarda Civil Municipal - GCM (3ª Classe)

1. Lei Nº 13.022, 0E DE AGOSTO DE 2014 que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais	249
2. Noções de Direito Constitucional: Constituição Federal de 1988: Dos Princípios Fundamentais (art. 1º ao 4º); Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º); Dos Direitos Sociais (art. 6º ao 11); Da Organização do Estado (art. 29 ao 31); Da Administração Pública (art. 37 e 38); Do Meio Ambiente (art. 225); Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso (art. 226 ao 230).....	251
3. Noções de Direito Penal: Capítulo sobre Prisão em Flagrante (art. 301 ao 310)	266
4. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990: Disposições Preliminares (art. 1º ao 6º); Da Prática de Ato Infracional (art. 103 ao 109); Do Conselho Tutelar (art. 131 ao 137); Dos Crimes (art. 225 ao 244-B)	283
5. Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/2003: Disposições preliminares (art. 1º ao 7º); Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (art.10); Dos Crimes em Espécie (art. 95 ao 108)	287
6. Estatuto do Desarmamento — Lei nº 10.826/2003: art.1º ao 21.....	289

ÍNDICE

1. Lei “Maria da Penha” - Lei nº 11.340/2006: art. 1º ao 8º.....	293
2. Lei de Abuso de Autoridade - Lei nº 13.869/2019	295
3. Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas — Lei nº 11.343/2006: Disposições Preliminares (art. 1 e 2); Do Sisnad (art. 3º); Dso Princípios de Objetivos (art. 4º e 5º); Do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (art. 8º-D); Dos crimes e das penas (art. 27 ao 47)	298
4. Lei nº 13.675/2018 - Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública.....	302
5. Lei de Crimes Ambientais: Lei nº . 9.605/1998; art. 1º ao 25	314
6. Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97 e alterações)	316
7. Noções de direito penal - da aplicação da lei penal (art. 1 ao art. 12).....	368
8. Lei Complementar nº 146/2022, dispõe sobre a carreira, a organização, o plano de cargos, o sistema remuneratório, o regime de trabalho e os direitos funcionais da Guarda Civil Municipal de Macapá (Atualizada pelas Leis Complementares nº 193/2025, 202/2025 e 207/2025)	373
9. Lei Orgânica do Município de Macapá AP	381

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

Os **tipos textuais** configuram-se como modelos fixos e abrangentes que objetivam a distinção e definição da estrutura, bem como aspectos linguísticos de narração, dissertação, descrição e explicação. Além disso, apresentam estrutura definida e tratam da forma como um texto se apresenta e se organiza.

Existem cinco tipos clássicos que aparecem em provas: descritivo, injuntivo, expositivo (ou dissertativo-expositivo) dissertativo e narrativo. Vejamos alguns exemplos e as principais características de cada um deles.

► Tipo textual descritivo

A descrição é uma modalidade de composição textual cujo objetivo é fazer um retrato por escrito (ou não) de um lugar, uma pessoa, um animal, um pensamento, um sentimento, um objeto, um movimento etc.

Características principais:

- Os recursos formais mais encontrados são os de valor adjetivo (adjetivo, locução adjetiva e oração adjetiva), por sua função caracterizadora.
- Há descrição objetiva e subjetiva, normalmente numa enumeração.
- A noção temporal é normalmente estática.
- Normalmente usam-se verbos de ligação para abrir a definição.
- Normalmente aparece dentro de um texto narrativo.
- **Os gêneros descritivos mais comuns são estes:** manual, anúncio, propaganda, relatórios, biografia, tutorial.

Exemplo:

Era uma casa muito engraçada
Não tinha teto, não tinha nada
Ninguém podia entrar nela, não
Porque na casa não tinha chão
Ninguém podia dormir na rede
Porque na casa não tinha parede
Ninguém podia fazer pipi
Porque penico não tinha ali
Mas era feita com muito esmero
Na rua dos bobos, número zero
(Vinícius de Moraes)

► Tipo textual injuntivo

A injunção indica como realizar uma ação, aconselha, impõe, instrui o interlocutor. Chamado também de texto instrucional, o tipo de texto injuntivo é utilizado para prever acontecimentos e comportamentos, nas leis jurídicas.

Características principais:

- Normalmente apresenta frases curtas e objetivas, com verbos de comando, com tom imperativo; há também o uso do futuro do presente (10 mandamentos bíblicos e leis

- **Marcas de interlocução:** vocativo, verbos e pronomes de 2ª pessoa ou 1ª pessoa do plural, perguntas reflexivas etc.

Exemplo:

- **Impedidos do Alistamento Eleitoral (art. 5º do Código Eleitoral) Não podem alistar-se eleitores:** os que não saibam exprimir-se na língua nacional, e os que estejam privados, temporária ou definitivamente dos direitos políticos. Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.

► Tipo textual expositivo

A dissertação é o ato de apresentar ideias, desenvolver raciocínio, analisar contextos, dados e fatos, por meio de exposição, discussão, argumentação e defesa do que pensamos. A dissertação pode ser expositiva ou argumentativa.

A dissertação-expositiva é caracterizada por esclarecer um assunto de maneira atemporal, com o objetivo de explicá-lo de maneira clara, sem intenção de convencer o leitor ou criar debate.

Características principais:

- Apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão.
- O objetivo não é persuadir, mas meramente explicar, informar.
- Normalmente a marca da dissertação é o verbo no presente.
- Amplia-se a ideia central, mas sem subjetividade ou defesa de ponto de vista.
- Apresenta linguagem clara e imparcial.

Exemplo:

O texto dissertativo consiste na ampliação, na discussão, no questionamento, na reflexão, na polemização, no debate, na expressão de um ponto de vista, na explicação a respeito de um determinado tema.

- **Existem dois tipos de dissertação bem conhecidos:** a dissertação expositiva (ou informativa) e a argumentativa (ou opinativa).

Portanto, pode-se dissertar simplesmente explicando um assunto, imparcialmente, ou discutindo-o, parcialmente.

► Tipo textual dissertativo-argumentativo

Este tipo de texto — muito frequente nas provas de concursos — apresenta posicionamentos pessoais e exposição de ideias apresentadas de forma lógica. Com razoável grau de objetividade, clareza, respeito pelo registro formal da língua e coerência, seu intuito é a defesa de um ponto de vista que convença o interlocutor (leitor ou ouvinte).

RACIOCÍNIO LÓGICO - MATEMÁTICO

PROBLEMAS ENVOLVENDO CONJUNTOS

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

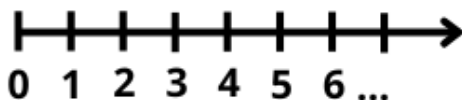
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

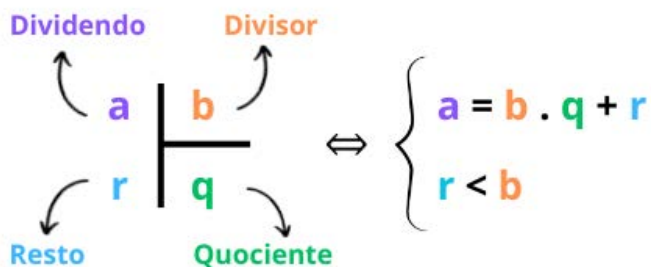
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto " . ", para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em $\mathbb{N}$

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. $5 = 4165$ calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE SISTEMAS OPERACIONAIS E DE INFORMÁTICA

HARDWARE

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

► Gabinete

O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete

¹ <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-periféricos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>

► Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU

► Coolers

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



Cooler

► **Placa-mãe**

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



Placa-mãe

► **Fonte**

É responsável por fornecer energia às partes que compõem um computador, de forma eficiente e protegendo as peças de surtos de energia.



Fonte

Placas de vídeo

Permitem que os resultados numéricos dos cálculos de um processador sejam traduzidos em imagens e gráficos para aparecer em um monitor.



Placa de vídeo

► **Periféricos de entrada, saída e armazenamento**

São placas ou aparelhos que recebem ou enviam informações para o computador. São classificados em:

- **Periféricos de entrada:** são aqueles que enviam informações para o computador. Ex.: teclado, mouse, scanner, microfone, etc.



Periféricos de entrada

HISTÓRIA DO AMAPÁ

POVOS ORIGINÁRIOS NO AMAPÁ: PASSADO, PRESENTE E PERSPECTIVAS DE FUTURO

POVOS ORIGINÁRIOS NO AMAPÁ: UM OLHAR SOBRE O PASSADO

O território que hoje conhecemos como Amapá foi, muito antes da chegada dos colonizadores europeus, lar de uma rica diversidade de povos originários. A história indígena do Amapá é longa, complexa e profundamente enraizada na ocupação milenar da região, marcada por modos de vida distintos, cosmologias próprias e uma relação intrínseca com a natureza.

Para compreender o presente dos povos indígenas no estado, é fundamental voltar os olhos ao passado, investigando quem são esses povos, como viviam e como se organizaram ao longo do tempo.

► A ocupação indígena anterior à colonização europeia

A presença humana na região do Amapá remonta a milhares de anos. Diversos vestígios arqueológicos indicam que comunidades indígenas habitavam o território muito antes da formação dos estados nacionais. Um dos registros mais emblemáticos é o Parque Arqueológico do Solstício, conhecido popularmente como “Stonehenge do Amapá”, localizado no município de Calçoene. Este sítio apresenta estruturas megalíticas que indicam um elevado grau de conhecimento astronômico por parte das populações indígenas pré-coloniais, além de práticas cerimoniais complexas.

Esses povos, pertencentes a diferentes troncos linguísticos e culturais, desenvolveram técnicas de agricultura, pesca e caça adaptadas ao ambiente amazônico, demonstrando uma profunda interação com os ecossistemas locais. A floresta, os rios e os campos abertos não eram apenas fontes de recursos, mas também territórios sagrados, repletos de significados culturais.

► Diversidade étnica e cultural

No passado, o atual território amapaense era habitado por povos dos troncos linguísticos Tupi, Aruak e Karib, além de outros grupos menores. Cada povo possuía sua própria língua, organização social, práticas religiosas, formas de produção e estratégias de ocupação do espaço. Os registros históricos e arqueológicos revelam uma grande variedade de aldeamentos espalhados pelas margens dos rios, especialmente nas bacias dos rios Oiapoque, Araguari e Jari.

Entre os povos originários com presença histórica na região estão os Palikur, Galibi-Marworno, Galibi Kali'na, Karipuna, Aparai e Wajãpi. Esses grupos mantinham relações entre si que podiam ser de cooperação, como trocas culturais e comerciais,

ou de conflito, como disputas territoriais. Essa dinâmica revela uma paisagem cultural viva e em constante transformação antes da chegada dos colonizadores.

► Primeiros contatos com os europeus

A chegada dos europeus ao território amapaense, a partir do século XVII, marcou um ponto de inflexão na história dos povos originários. Franceses, portugueses, holandeses e espanhóis disputaram o controle da região, o que levou a uma série de conflitos com as populações indígenas. Muitos desses povos foram forçados a migrar, abandonando seus territórios tradicionais, ou sofreram violência direta, com massacres, escravidão e epidemias trazidas pelos europeus.

Os missionários religiosos, especialmente os jesuítas, também tiveram papel central nesse processo. Em nome da evangelização, estabeleceram aldeamentos e impuseram uma nova organização social e religiosa, apagando ou transformando práticas culturais indígenas. Apesar disso, muitos grupos resistiram às imposições coloniais, mantendo práticas ancestrais e reestruturando suas formas de organização.

► Impactos da colonização

A colonização não significou apenas perda territorial, mas também profundas transformações nas formas de vida dos povos originários. A introdução de novos produtos, doenças e tecnologias, além da repressão cultural e linguística, afetou diretamente a continuidade de muitas tradições indígenas. Algumas etnias foram quase extintas, enquanto outras foram forçadas a recuar para áreas mais isoladas da floresta.

É importante destacar, no entanto, que os povos originários não foram agentes passivos nesse processo. Muitos adotaram estratégias de resistência, seja por meio de alianças com determinados grupos coloniais, seja pelo isolamento ou luta direta. Em muitos casos, reorganizaram suas aldeias e práticas de modo a garantir a continuidade de suas identidades.

► O legado indígena na formação do Amapá

Mesmo com todas as transformações impostas pela colonização, a presença indígena deixou marcas profundas na cultura e no território do Amapá. Muitos dos nomes de rios, cidades e acidentes geográficos têm origem indígena, assim como uma série de práticas relacionadas à alimentação, ao uso de plantas medicinais e à relação com o meio ambiente.

A compreensão do passado indígena no Amapá não deve ser vista apenas como um resgate histórico, mas como uma forma de reconhecer a centralidade desses povos na formação do território. Eles não foram apenas os primeiros habitantes, mas também os primeiros cuidadores da floresta, da biodiversidade e dos saberes que hoje são valorizados na construção de um futuro mais sustentável.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL, MODOS DE VIDA E TERRITÓRIOS

Entender a organização social, os modos de vida e os territórios dos povos originários do Amapá é essencial para reconhecer a riqueza e a diversidade cultural que compõem o tecido histórico da região. Esses povos construíram ao longo dos séculos sistemas sociais complexos, formas sustentáveis de uso do ambiente e uma profunda relação simbólica com seus espaços.

Mesmo com os impactos da colonização e das transformações do mundo moderno, muitas dessas práticas e estruturas ainda permanecem vivas.

► Diversidade de etnias e modos de organização

O Amapá abriga atualmente diversos povos indígenas reconhecidos, como os Wajãpi, Galibi Marworno, Galibi Kali'na, Karipuna, Palikur, e os Aparai. Cada povo possui suas próprias formas de organização social, crenças, línguas e relações com a terra. Em geral, essas organizações são baseadas em estruturas comunitárias, onde o coletivo prevalece sobre o individual, e as decisões são tomadas com base no diálogo e na sabedoria dos mais velhos.

As lideranças indígenas, chamadas em muitos povos de caciques, pajés ou outros termos próprios, exercem um papel fundamental na manutenção da ordem interna e na relação com outros grupos, sejam indígenas ou não indígenas. Além disso, os mais velhos têm papel central na transmissão do conhecimento, ensinando aos mais jovens as histórias, os rituais, os saberes da floresta e os valores da comunidade.

► A vida em comunidade: o cotidiano nas aldeias

Nas aldeias, a vida cotidiana gira em torno de atividades como a agricultura, a pesca, a caça e o artesanato. A mandioca é um dos principais alimentos cultivados, sendo utilizada na produção de farinha, beiju e outros derivados. A roça é coletiva e segue calendários próprios de plantio e colheita, muitas vezes baseados nos ciclos da natureza.

As casas tradicionais, feitas com materiais da floresta como madeira, palha e cipó, refletem o conhecimento ancestral sobre o clima e o ambiente. Essas construções são pensadas para garantir conforto térmico e proteção contra as chuvas. Além disso, o espaço da aldeia costuma ser organizado de forma circular ou linear, com áreas comuns destinadas a festas, reuniões e rituais.

O artesanato também é uma parte importante do modo de vida. Redes, cestos, cerâmicas e objetos cerimoniais são produzidos não só para uso próprio, mas também como forma de geração de renda em feiras e centros de artesanato. Esses produtos carregam símbolos culturais e cosmológicos, reforçando a identidade do povo e sua ligação com a natureza.

► Relação com o território: mais que um espaço físico

Para os povos originários, o território não é apenas um espaço geográfico ou um recurso econômico. Ele é um lugar sagrado, onde vivem os espíritos dos antepassados, onde se realizam os rituais e onde a cultura pode ser vivida plenamente. O território é também um livro vivo, cheio de histórias, trilhas, pontos de pesca, árvores com nomes e sentidos específicos, que só fazem sentido para quem compartilha dessa visão de mundo.

É comum, por exemplo, que rios, pedras e árvores tenham nomes e histórias associadas, funcionando como marcos de identidade. A perda ou a ameaça desses territórios, portanto, não é apenas uma questão material, mas também cultural e espiritual.

Muitos dos povos do Amapá vivem em terras demarcadas ou em processo de demarcação, localizadas principalmente nas regiões de fronteira com a Guiana Francesa e o Pará. A Terra Indígena Uaçá, por exemplo, abriga os Galibi Marworno e é uma das mais conhecidas do estado. Já os Wajãpi vivem na Terra Indígena Wajãpi, entre os rios Jari e Oiapoque, em uma área com alta biodiversidade.

► Cosmologia e espiritualidade

A vida dos povos originários do Amapá também é orientada por sistemas cosmológicos próprios, ou seja, formas de ver e interpretar o mundo e o universo. Em muitos casos, há uma crença em seres espirituais que habitam a floresta, os rios e os céus. Os rituais e cerimônias são momentos de contato com essas forças, realizados em ocasiões específicas como festas de iniciação, casamentos, colheitas ou curas.

O pajé, ou xamã, é a figura central na mediação entre o mundo dos humanos e o mundo espiritual. Ele realiza curas, orienta decisões importantes e guarda saberes ancestrais sobre as plantas medicinais e os espíritos da floresta. Essa espiritualidade é parte inseparável da vida cotidiana e fortalece os laços dentro da comunidade.

► Educação tradicional e transmissão de saberes

Nas aldeias, a educação ocorre de forma oral e prática. As crianças aprendem observando e participando das atividades dos adultos, ouvindo histórias e vivenciando rituais. Essa forma de ensino não se baseia em provas ou avaliações escritas, mas na experiência direta, no respeito aos mais velhos e no compromisso com a coletividade.

Nos últimos anos, diversas comunidades têm lutado pela valorização e integração dessa educação tradicional com o sistema oficial de ensino, buscando preservar suas línguas e práticas culturais dentro da escola. A educação bilíngue tem se tornado uma importante ferramenta nesse processo, com materiais didáticos produzidos em línguas indígenas e conteúdos que respeitam o modo de vida de cada povo.

► Resiliência e continuidade cultural

Mesmo diante de séculos de colonização, perseguição e negação de direitos, os povos originários do Amapá mantêm viva sua cultura, sua organização social e seus modos de vida. A resiliência dessas comunidades é fruto da profunda conexão com o território, da valorização dos saberes ancestrais e da capacidade de adaptação frente aos desafios contemporâneos.

Hoje, essas sociedades continuam transmitindo suas tradições às novas gerações, reforçando sua identidade e ocupando seus territórios com orgulho. Conhecer essa organização social e esses modos de vida é, portanto, um passo essencial para compreender a riqueza cultural do Amapá e o papel vital que os povos indígenas desempenham na construção de um futuro mais justo e equilibrado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEI Nº 13.022, 08 DE AGOSTO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS

LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014.

Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as guardas municipais, disciplinando o § 8º do art. 144 da Constituição Federal.

Art. 2º Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

- I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;
- II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;
- III - patrulhamento preventivo;
- IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e
- V - uso progressivo da força.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. (Vide ADPF 995)

Parágrafo único. Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

- I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do

II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;

III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;

IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; Regulamento

V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;

VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;

VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;

VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;

IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;

X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;

XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;

XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;

XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas; Regulamento

XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário; Regulamento

XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;

XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;

XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários; e

XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal, deverá a guarda municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento. Regulamento

CAPÍTULO IV DA CRIAÇÃO

Art. 6º O Município pode criar, por lei, sua guarda municipal.

Parágrafo único. A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Executivo municipal. Art. 7º As guardas municipais não poderão ter efetivo superior a:

I - 0,4% (quatro décimos por cento) da população, em Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

II - 0,3% (três décimos por cento) da população, em Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, desde que o efetivo não seja inferior ao disposto no inciso I;

III - 0,2% (dois décimos por cento) da população, em Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, desde que o efetivo não seja inferior ao disposto no inciso II.

Parágrafo único. Se houver redução da população referida em censo ou estimativa oficial da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é garantida a preservação do efetivo existente, o qual deverá ser ajustado à variação populacional, nos termos de lei municipal.

Art. 8º Municípios limítrofes podem, mediante consórcio público, utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.

Art. 9º A guarda municipal é formada por servidores públicos integrantes de carreira única e plano de cargos e salários, conforme disposto em lei municipal.

CAPÍTULO V DAS EXIGÊNCIAS PARA INVESTIDURA

Art. 10. São requisitos básicos para investidura em cargo público na guarda municipal:

I - nacionalidade brasileira;

II - gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - nível médio completo de escolaridade;

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VI - aptidão física, mental e psicológica; e

VII - idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital.

Parágrafo único. Outros requisitos poderão ser estabelecidos em lei municipal.

CAPÍTULO VI DA CAPACITAÇÃO

Art. 11. O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, poderá ser adaptada a matriz curricular nacional para formação em segurança pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça.

Art. 12. É facultada ao Município a criação de órgão de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal, tendo como princípios norteadores os mencionados no art. 3º.

§ 1º Os Municípios poderão firmar convênios ou consorciar-se, visando ao atendimento do disposto no caput deste artigo.

§ 2º O Estado poderá, mediante convênio com os Municípios interessados, manter órgão de formação e aperfeiçoamento centralizado, em cujo conselho gestor seja assegurada a participação dos Municípios conveniados.

§ 3º O órgão referido no § 2º não pode ser o mesmo destinado a formação, treinamento ou aperfeiçoamento de forças militares.

CAPÍTULO VII DO CONTROLE

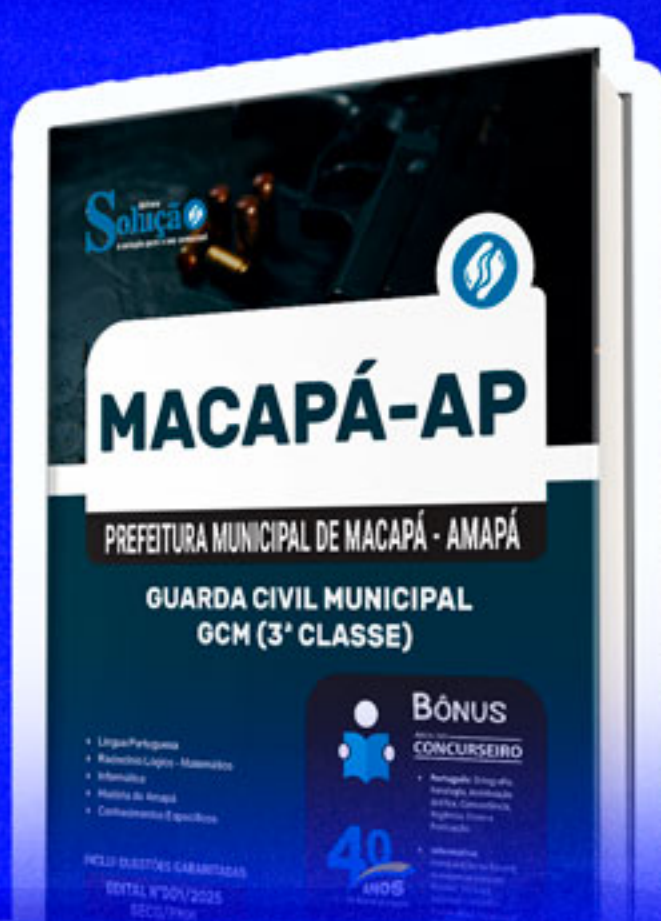
Art. 13. O funcionamento das guardas municipais será acompanhado por órgãos próprios, permanentes, autônomos e com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria, mediante:

I - controle interno, exercido por corregedoria, naquelas com efetivo superior a 50 (cinquenta) servidores da guarda e em todas as que utilizam arma de fogo, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro; e

II - controle externo, exercido por ouvidoria, independente em relação à direção da respectiva guarda, qualquer que seja o número de servidores da guarda municipal, para receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta de seus dirigentes e integrantes e das atividades do órgão, propor soluções, oferecer recomendações e informar os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta.

§ 1º O Poder Executivo municipal poderá criar órgão colegiado para exercer o controle social das atividades de segurança do Município, analisar a alocação e aplicação dos recursos públicos e monitorar os objetivos e metas da política municipal de segurança e, posteriormente, a adequação e eventual necessidade de adaptação das medidas adotadas face aos resultados obtidos.

§ 2º Os corregedores e ouvidores terão mandato cuja



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!